

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Pense bem

No encontro do PT, em Salvador, muita gente tem defendido em rodas de conversa que é preciso rever a autonomia do Banco Central. Só tem um probleminha: Em meio a esse escândalo do Banco Master, não dá para colocar esse tema na roda sem gerar um profundo desgaste. Qualquer coisa vai soar como um desejo de proteger alguém nessa história.

## Risco iminente

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de suspender os penduricalhos nos vencimentos dos Três Poderes animou os parlamentares interessados em promover a Reforma Administrativa, que visa, justamente, o corte desses penduricalhos. À coluna, o deputado Zé Trovão (PL-SC) relembrou que “o Judiciário foi o pioneiro na instituição e disseminação de penduricalhos ilegais e incondicionais”. E alertou: “A providência é boa no mérito, mas tem um risco grave de produzir uma corrida ao ouro por instituição e pagamentos emergenciais de verbas, inclusive, em caráter retroativo, nesses 60 dias”.

## As queixas de Rueda

Em recente encontro da bancada do Ceará com o pré-candidato ao governo do estado Ciro Gomes, o presidente do União Brasil, Antonio Rueda, aproveitou par desabafar com alguns parlamentares. Reclamou que está sendo “perseguido” pela Polícia Federal e que sua vida nunca foi tão vasculhada como agora.

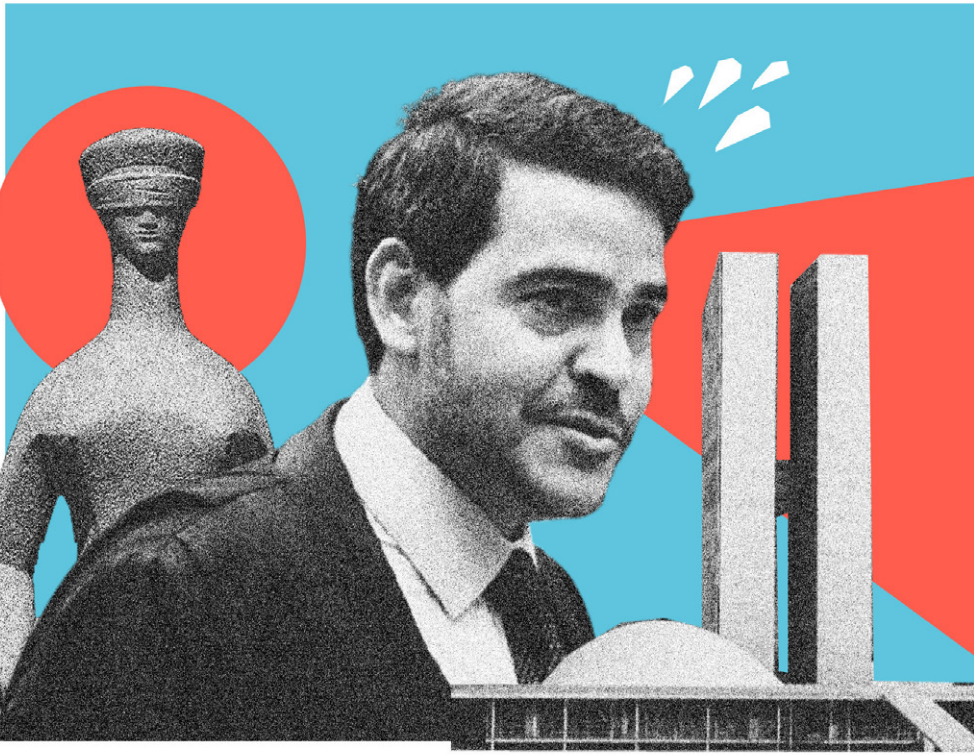
## Causa & consequência

A aposta dos parlamentares do próprio União Brasil é a de que muitos deixarão a legenda daqui a um mês, quando se abre a janela para troca de partido. O destino será o Podemos, de Renata Abreu, ou o PSD, de Gilberto Kassab.

# A nova campanha de Messias

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, retomou a sua “campanha” em busca de votos para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Desta vez, porém, está mais discreto. Em vez de percorrer os gabinetes das excelências no Senado, tem pedido uma ajuda a políticos e a quem quer que possa ter alguma influência com os senadores.

**Na muda/** Até aqui, a indicação de Messias ao STF não chegou ao Congresso, nem o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, deu qualquer sinal ao governo de que irá atender prontamente ao desejo de Lula quando essa documentação chegar. Alcolumbre tem seguido a máxima, “quem tem tempo, não tem pressa”.



## CURTIDAS

**Entre Rui Costa e Jaques Wagner.../ ...** o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), é Wagner desde criancinha. Numa conversa com jornalistas no Congresso do PT, em Salvador, Haddad mencionou o senador como o “grande condutor da política baiana” e emendou: “O que ele achar que deva ser feito aqui, eu também acho. É uma das pessoas que eu mais admiro no PT”. O PT planeja chapa pura para o Senado na eleição deste ano na Bahia, com dois candidatos, Wagner e o atual ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



**Economia em debate/** O professor Fernando Haddad — que segue como ministro da Fazenda até o fim deste mês — lança, neste sábado, às 11h, no Sesc 14 Bis, em São Paulo, seu último livro *Capitalismo Superindustrial*. A sessão de autógrafos será precedida de um debate entre Haddad, a economista e professora Leda Paulani e o cientista política e doutor em sociologia Celso Rocha de Barros. A mediação será de Lília Schwarcz. Ingressos disponíveis em [sescsp.org.br/14bis](https://sescsp.org.br/14bis) ou presencialmente, no local do evento.

**Empenhado ao máximo/** O deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) está juntando todas as frentes ligadas ao setor de combustíveis para criar uma frente única em prol do combustível do futuro. Para encerrar o mandato com um projeto forte, o parlamentar que levar adiante o discurso do governo, de que é preciso investir e dar prioridade a esse setor, e aprovar a proposta ainda neste ano.

**Quem tudo quer.../** Entre ministros do Supremo Tribunal Federal, comenta-se a ironia do pedido dos procuradores municipais de Praia Grande (SP). Eles recorreram à Corte contra a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) de limitar a remuneração da categoria a 90,25% do subsídio dos ministros do STF. Queriam 100%. Por causa de 0,75%, o tema dos penduricalhos está na ordem do dia. E não vai sair até que se acabe com a farra. Obrigada, Flávio Dino!

## IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

# Defesa de ministro critica vazamento

Para os advogados de Marco Aurélio Buzzi, a divulgação de informações protegidas por segredo de Justiça é "truque sórdido"

» FERNANDA STRICKLAND

A defesa do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marco Aurélio Buzzi se manifestou, ontem, após ser denunciado por importunação sexual envolvendo uma jovem de 18 anos. A banca pediu “serenidade e respeito ao devido processo legal” diante da repercussão do caso. Segundo os advogados João Costa, João Pedro Mello e Maria Fernanda Saad, há uma tentativa de condenação antecipada do magistrado antes mesmo da abertura formal da investigação.

“É inaceitável retrocesso civilizacional a tentativa de julgar e condenar uma pessoa antes mesmo do início formal de uma investigação. Vazamentos instantâneos de informações sigilosas sobre fatos não verificados são um truque sórdido”, afirma a nota.

O STJ instaurou uma sindicância para apurar a denúncia, formalizada por meio de boletim de ocorrência. O caso também é analisado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável por avaliar possíveis consequências administrativas, enquanto a investigação criminal está sob relatoria do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nunes Marques, já que Buzzi possui foro privilegiado. De acordo com o relato da vítima, o episódio se deu em 9 de janeiro, durante estadia na casa de praia do ministro, em Balneário Camboriú (SC). A jovem afirmou que estava no mar quando percebeu a aproximação do magistrado, que teria tentado forçar contato físico. Ela relata ter tentado se desvencilhar dele ao menos três vezes.

A acusação foi registrada na Polícia Civil de São Paulo. A jovem é filha de um casal de amigos do ministro, que passava férias no local. Em posicionamentos anteriores, Buzzi declarou ter sido

Ed Alves/CB/DA.Press



Apuração da denúncia de crime sexual contra o ministro do STJ Marco Aurélio Buzzi corre em segredo de Justiça para não expôr os envolvidos

“surpreendido” pelas insinuações e negou qualquer ato impróprio.

## Debate jurídico

Para o criminalista Eliseu Mariano, casos dessa natureza costumam tramitar sob sigilo, justamente para preservar as partes envolvidas. Na avaliação dele, a divulgação de informações pode ser irregular e trazer consequências graves, especialmente se o investigado vier a ser absolvido.

“Quem tem acesso a essas informações são apenas aqueles que estão no processo — juiz, Ministério Público, advogados e as partes. Esse tipo de vazamento, na minha concepção, é ilegal, porque o devido processo legal precisa ser respeitado com rigor diante do impacto que

uma notícia desse cunho pode causar”, afirmou o especialista. As apurações seguem em diferentes frentes no Judiciário, e o conteúdo dos depoimentos permanece sob sigilo.

Denúncias de importunação sexual valem a partir do relato da vítima, mesmo sem provas materiais imediatas, sendo fundamental o registro rápido na polícia, por meio de boletim de ocorrência, para investigar atos libidinosos sem consentimento. A conduta é crime, com pena de 1 a 5 anos de reclusão. Segundo o Código Penal, importunação sexual é “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”.

“É aquele beijo forçado, um toque, um apalpar, para satisfazer a

si próprio, sem que a vítima tenha dado consentimento em relação a isso. O ponto central desse crime é a ausência de consentimento”, explicou a advogada especialista em gênero, Mariana Rocha.

## O caso

O STJ aprovou, por unanimidade, na terça-feira, a abertura de sindicância interna para apurar a acusação de importunação sexual contra Marco Aurélio Buzzi, que nega a denúncia. Os ministros Raul Araújo, Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira foram escolhidos como membros da comissão que irá analisar o caso. Gallotti, porém, se declarou impedida de participar do grupo por motivos pessoais.

A defesa de Buzzi declarou que

“aguarda o momento oportuno para esclarecer os fatos e apresentar suas provas”. O ministro participou do início da sessão de quarta-feira à noite para apresentar sua versão dos fatos. Disse aos colegas que foi surpreendido com a notícia e negou que o episódio tenha ocorrido. Após Buzzi deixar o local, os ministros decidiram abrir o processo administrativo contra ele.

Na quarta-feira, os pais da jovem depuseram ao corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Mauro Campbell, que também integra o STJ. Se for aberto procedimento e Buzzi for condenado, ele pode sofrer sanções administrativas, que vão da advertência à aposentadoria compulsória.

No dia seguinte ao depoimento,



É inaceitável retrocesso civilizacional a tentativa de julgar e condenar uma pessoa antes mesmo do início formal de uma investigação. Vazamentos instantâneos de informações sigilosas sobre fatos não verificados são um truque sórdido”

Trecho da nota da defesa do ministro Marco Aurélio Buzzi

Marco Buzzi entregou um atestado médico ao presidente da Corte, Herman Benjamin. Em nota, a assessoria do ministro informou que ele teve “um forte mal-estar e foi levado a um hospital em Brasília, onde se encontra internado”. O texto explica que o ministro tem cinco stents instalados no coração e um marca-passo. “Trata-se de quadro de saúde que exige atenção médica redobrada, sobretudo em situações de forte tensão.”

O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal em forma de uma petição encaminhada pela polícia de São Paulo, onde foi registrada a ocorrência. O relator é o ministro Kassio Nunes Marques. A Corte é o foro indicado para processar e julgar criminalmente ministros de cortes superiores.